

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

FUNDAÇÃO RONDÔNIA DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS E À PESQUISA – FAPERO

EDITAL Nº 1/2024/FAPERO-DITT CHAMADA PÚBLICA FAPERO Nº 01/2024 PROGRAMA TECNOVA III

Subvenção Econômica à Inovação nas Empresas Brasileiras do estado de Rondônia

O Governo do estado de Rondônia, por meio da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa (FAPERO) em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), torna público o lançamento deste edital e convida as empresas brasileiras, com sede no estado de Rondônia a apresentarem propostas de inovação para obtenção de apoio financeiro na forma de subvenção econômica, nos termos a seguir estabelecidos.

1. OBJETIVO

1.1. Apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos (bens ou serviços) e/ou processos inovadores - novos ou significativamente aprimorados, pelo menos para o mercado nacional - de empresas brasileiras para o desenvolvimento dos setores econômicos considerados estratégicos nas políticas públicas federais e aderentes à política pública de inovação do Estado. Além de recursos destinados ao desenvolvimento de produtos, e ou processos inovadores, serão disponibilizados recursos adicionais para aceleração e internacionalização das empresas selecionadas.

1.2. O objetivo principal do Programa de Subvenção Econômica é promover um significativo aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do país. Desta forma, este Edital visa apoiar projetos de inovação, que envolvam significativo risco tecnológico associado a oportunidades de mercado.

2. TEMAS

2.1. Serão apoiados projetos de inovação, podendo ter tecnologias emergentes, inteligência artificial e nanotecnologia, nos seguintes temas:

- i. Saúde;
- ii. Agronomia;
- iii. Biotecnologia e Bioeconomia;

- iv. Recursos Minerais;
- v. Engenharia Florestal;
- vi. Tecnologia da Informação;
- vii. Alimentação;
- viii. Tecnologias para Qualidade de Vida: Educação e Turismo.

2.2. O resultado da proposta que será objeto desta Seleção Pública, ao final do período de sua execução, deverá estar em condição de ingressar em uma das etapas de certificação, produção e/ou comercialização. Por isso, não serão aceitas propostas cujo resultado esteja aquém destas possibilidades.

3. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

3.1 Serão destinados ao apoio às propostas aprovadas, recursos no valor global de **R\$ 12.160.000,00** (doze milhões cento e sessenta mil reais), sendo **R\$ 9.650.000,00** (nove milhões seiscientos e cinquenta mil reais) oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/FINEP e - **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais) em contrapartida financeira do Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do estado de Rondônia – FIDER, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC e **R\$ 510.000,00** (quinhentos e dez mil reais), provenientes da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa - FAPERÓ, por meio de Recursos de CUSTEIO.

3.2 Do montante global, serão destinados R\$ 10.000.000,00 (dez milhões e reais) ao desenvolvimento de produtos, e ou processos inovadores, conforme limites mencionados no item 3.3, até R\$1.485.000,00 (um milhão quatrocentos oitenta e cinco mil reais) disponibilizados para aceleração e até R\$ 675.000,00 (seiscentos setenta e cinco mil reais) para internacionalização das empresas selecionadas nesta Seleção Pública.

| TEMAS | ALOCAÇÃO DE RECURSOS |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Saúde | R\$ 1.100.000,00 |
| 2. Agronomia | R\$ 2.400.000,00 |
| 3. Biotecnologia e Bioeconomia | R\$ 510.000,00 |
| 4. Recursos Minerais | R\$ 1.200.000,00 |

| | |
|---|--------------------------|
| 5. Engenharia Florestal | R\$ 1.200.000,00 |
| 6. Tecnologia da Informação | R\$ 1.200.000,00 |
| 7. Alimentação | R\$ 2.400.000,00 |
| 8. Tecnologias para Qualidade de Vida: Educação e Turismo. | R\$ 2.150.000,00 |
| TOTAL | R\$ 12.160.000,00 |

3.3. Caso o somatório do valor das propostas selecionadas em um dos setores acima seja inferior ao valor de referência correspondente, os recursos poderão ser transferidos para as propostas selecionadas em outro tema desta Seleção Pública, respeitando a ordem e a proporcionalidade dos temas acima.

4. QUEM PODE PARTICIPAR

4.1. São elegíveis empresas brasileiras, sediadas no estado de Rondônia, individualmente ou em associação com outra(s) empresa(s) brasileira(s), que atendam às seguintes condições:

- i. receita bruta no último exercício igual ou inferior a R\$ 16.000.000,00;
- ii. data de registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ) de sua jurisdição até 01/03/2024;
- iii. demonstrar ter efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até 01/06/2024;
- iv. Objeto social, na data de divulgação do presente Edital, que contemple atividade compatível com o desenvolvimento do projeto proposto.

4.2. Considera-se empresa brasileira a organização econômica, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, devidamente registrada na Junta Comercial (ou, no caso de sociedade simples, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas), que possua sua sede e administração no país.

- 4.3.** A empresa proponente necessariamente deverá estar estabelecida no estado de Rondônia.
- 4.4** Não são passíveis de apoio no âmbito do programa empresas sob controle ou com maioria de capital estrangeiro que exerçam atividade econômica não especificada no Decreto nº 2.233/1997 e suas alterações.
- 4.5** É permitida a participação de empresa qualificada dentro do Programa Inova Simples, nos termos da Lei Complementar no 167/2019.
- 4.6** Não será permitida a participação de empresário individual ou de microempresário individual (MEI).
- 4.7** A beneficiária proponente deverá ser a principal responsável pelo desenvolvimento do produto (bem ou serviço) e/ou processo inovador, conforme o objetivo do Edital. No caso de associação de empresas, a(s) beneficiária(s) coexecutora(s) deverá(ão) ter participação efetiva na execução do projeto, desenvolvendo soluções tecnológicas sob a coordenação da beneficiária proponente.
- 4.8** Cada empresa poderá integrar apenas uma (1) proposta, independentemente de figurar individualmente ou em associação na proposta. No caso de uma empresa figurar em mais de uma proposta, todas serão eliminadas.

5. CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

5.1. As beneficiárias (proponente e coexecutoras) deverão realizar as atividades do projeto no território nacional. Excepcionalmente, atividades de certificação, homologação e testes poderão ser realizadas fora do país.

5.1.1. A proposta deverá apresentar com clareza o produto ou processo inovador a ser desenvolvido. Para este fim, as atividades a serem custeadas com recursos de subvenção econômica solicitados e com de contrapartida deverão estar adequadamente identificadas.

5.1.2. A proposta deverá conter objetivamente suas referências metodológicas, indicadores e mecanismos de certificação – quando for o caso - dos produtos e/ou processos inovadores a serem desenvolvidos.

5.1.3. No caso de proposta que conte com a associação de empresas, todas serão solidariamente responsáveis pela gestão dos recursos e pela prestação de contas, sendo que a beneficiária proponente será responsável pelas informações referentes à gestão do projeto e pela conta bancária exclusiva para movimentação dos recursos.

5.1.4. A proponente será responsável, por meio de seus representantes legais, pela gestão dos recursos de subvenção, em conta corrente específica para recursos do projeto. Não há autorização para delegação de poderes.

5.1.5. O valor total da proposta consiste no somatório do valor total solicitado a FAPERO, incluindo valor para o projeto, aceleração e internacionalização, e o valor da contrapartida a ser aportado pelas beneficiárias.

5.1.6. A execução financeira de contrapartida e de recursos do FNDCT somente serão considerados como gastos do projeto a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Valor solicitado à FAPERO

5.2.1. O Valor Solicitado como Subvenção Econômica na proposta deverá, obrigatoriamente, enquadrar-se entre o mínimo de R\$ 401.500,00 (quatrocentos e um mil e quinhentos reais) oriundos do FNDCT/FINEP e FAPERO e SEDEC e o máximo de R\$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais) oriundos do FNDCT/FINEP e FAPERO e SEDEC. Os valores acima contemplam os recursos de aceleração (R\$ 62.500,00) e internacionalização (R\$ 22.500,00), pagos com recursos do FNDCT/FINEP e recursos FAPERO e SEDEC.

5.2.2. A proposta que apresentar valor fora deste intervalo será ELIMINADA para efeito do presente Edital.

5.3. Itens financiáveis

5.3.1. O valor solicitado à FAPERO poderá contemplar despesas de custeio e de capital de atividades associadas ao projeto, tais como:

- i. elaboração de projetos básicos e executivos relativos à adequação e modernização de instalações comprovadamente necessárias para o desenvolvimento do projeto;
- ii. adequação e modernização de instalações comprovadamente necessárias para o desenvolvimento do projeto;
- iii. desenvolvimento ou aprimoramento de novos produtos e/ou processos;
- iv. avaliação de desempenho, incluindo inspeção, ensaios, testes de conformidade e certificação;
- v. patenteamento de soluções desenvolvidas no projeto;
- vi. aquisição de equipamentos e instalações de caráter permanente, se comprovadamente necessária ao desenvolvimento do projeto.

5.3.2. Despesas de Custeio

- i. Pagamento de Pessoal: pessoal próprio com vínculo trabalhista de acordo com as regras da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devidamente alocado em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I). Gastos com pró-labore dos sócios poderão ser apoiados desde que o sócio efetivamente participe da execução, esteja formalmente listado na equipe executora do projeto e desenvolvam atividades relacionadas ao desenvolvimento do projeto. O valor deverá ser compatível com a remuneração praticada no mercado e proporcional à atuação do sócio no projeto;
- ii. Serviços de Terceiros Pessoa Física e/ou Jurídica de caráter eventual, locação de máquinas e equipamentos, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos e despesas com registro de propriedade intelectual. Também poderão ser incluídos serviços especializados de consultoria ou assessoria técnica. Os pagamentos a pessoas físicas deverão ser realizados de acordo com a legislação em vigor, de forma a não caracterizar vínculo empregatício, bem como deverão ser incluídas nesta rubrica as despesas com aceleração e internacionalização;
- iii. Material de consumo, incluindo matéria-prima, livros ou software, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos;
- iv. Diárias - exclusivamente para a equipe executora, em atividades relacionadas ao projeto, para cobrir despesas com hospedagem, alimentação e locomoção;
- v. Passagens e Despesas com Locomoção - exclusivamente para a equipe executora, em atividades relacionadas ao projeto;

5.3.2.1 Os serviços para aceleração e internacionalização somente poderão ser contratados pelas empresas beneficiárias com instituições ou consultorias especializadas e previamente cadastradas, mediante chamamento público, pela FAPERO, que disponibilizará a lista de credenciados. Ressalta-se que na rubrica de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, deverão ser contabilizados os valores de aceleração (R\$ 62.500,00) e internacionalização (R\$ 22.500,00). Os recursos destinados à internacionalização serão divididos em duas parcelas (trilha básica e trilha avançada) e só poderão ser efetivamente utilizados quando da aprovação pela FAPERO.

5.3.3. Os serviços de aceleração e internacionalização serão apenas para o proponente principal.

5.3.4. Os valores de aceleração e internacionalização (trilha básica) deverão constar da segunda parcela de recursos no cronograma de desembolso. Os valores de internacionalização (trilha avançada) deverão constar da terceira parcela de recursos no cronograma de desembolso.

5.3.5. Despesas de Capital

- i. adequação e modernização de instalações comprovadamente necessárias para o desenvolvimento do projeto;

- ii. equipamentos e materiais permanentes pertinentes ao objeto de pesquisa.

5.3.6. Itens não financiáveis

5.3.6.1 Não poderão ser destinados recursos de subvenção econômica para pagamento, a qualquer título, de agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, exceto o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados estiverem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que:

- i. Esteja previsto em legislação específica; ou
- ii. Refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência, realizados por professores universitários na situação prevista na alínea "b" do inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor (Lei nº 14.791/2023 – LDO/2024, art. 18, inciso VII e §1º, inciso VI).

5.3.6.2 Não poderão ser destinados recursos de subvenção econômica para pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa, salvo em atividades de pesquisa científica e tecnológica (Lei nº 14.791/2023 – LDO/2024, art. 18, inciso IX e §1º, inciso VIII, alínea "c").

5.3.6.3 Não serão permitidas despesas com arrendamento, aluguéis, e locações de espaços físicos.

5.3.6.4 Não serão permitidas despesas com Estagiários e Bolsistas.

5.4. Valor de contrapartida financeira

5.4.1. A beneficiária proponente poderá solicitar o financiamento da contrapartida oferecida na proposta de subvenção econômica a programas de crédito disponíveis.

5.4.2. Valores mínimos: As beneficiárias deverão aportar contrapartida mínima de acordo com os critérios abaixo:

| Receita Operacional Bruta em 2023 | Percentual Mínimo de contrapartida (em relação aos recursos solicitados) |
|--|---|
| Até R\$ 360.000,00 | 2,50% |
| De R\$ 360.000,01 a R\$ 4.800.000,00 | 5,00% |
| De R\$ 4.800.000,01 a R\$ 16.000.000,00 | 10,00% |

5.4.3. Itens de contrapartida

5.4.3.1.O Valor de Contrapartida da empresa poderá ser composto por despesas de custeio e/ou investimentos de capital, conforme abaixo:

- a) Despesas de custeio financiáveis com valor solicitado de Subvenção Econômica.
- b) Despesas e/ou atividades acessórias ao projeto, tais como:
 - i. prospecção e estudos de mercado para o produto (bens ou serviços) ou processo a ser desenvolvido;
 - ii. seleção e capacitação de fornecedores de insumos;
 - iii. despesas de prospecção preliminar e estudos de mercado para o produto (bem ou serviço) e/ou processo a ser desenvolvido;
 - iv. despesas para participação em eventos que não sejam de natureza técnica,mas diretamente relacionadas à execução do projeto;
 - v. aquisição de materiais de consumo com vistas à fabricação de equipamentos e instalações de caráter permanente;
 - vi. pró-labore dos sócios.
- c) Investimentos em capital:
 - i. obras e reformas de qualquer natureza, desde que pertinentes ao projeto custeado;
 - ii. aquisição de equipamentos e instalações de caráter permanente, desde que pertinentes ao projeto custeado.

5.5. Prazo de execução

5.5.1. O prazo de execução do projeto deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses.

5.6. Coordenador técnico e profissionais da equipe executora

5.6.1. O coordenador do projeto deve ter competência e experiência técnica relacionada ao tema da proposta e vínculo com a beneficiária proponente (participação como sócio ou empregado com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da CLT).

5.6.2. Os demais profissionais que detêm a maioria das competências críticas para o sucesso do projeto deverão ter vínculo (participação como sócios ou empregados com vínculo trabalhista de acordo com as regras da CLT) com a(s) beneficiária(s).

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA / SUBMISSÃO DA PROPOSTA

- 6.1 A proposta deverá ser apresentada através do Formulário de Apresentação de Propostas – FAP disponível no site da FAPERO, o qual deverá ser preenchido, e finalizado (caracterizando seu envio eletrônico) eletronicamente. A participação na Seleção Pública somente será caracterizada com a realização dessas atividades na sequência informada.
- 6.2 As propostas deverão ser submetidas obrigatoriamente pelo proponente, eletronicamente por meio do formulário eletrônico disponível no site da FAPERO (<http://sigfapero.ledes.net>), respeitando-se o prazo e horário definido para submissão, prevista no cronograma (item 9) desta chamada. Após esse prazo o sistema fechará e não será possível receber propostas. A proposta deve ser apresentada em conformidade com o descrito no item 5, contendo todos os elementos ali previstos
- 6.3 Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem formalmente solicitados pela FAPERO.
- 6.4 Caso o prazo estabelecido para entrega da documentação não seja cumprido, ou caso a proposta esteja incorreta ou incompleta, a proponente será eliminada.
- 6.5 O preenchimento deverá ser realizado de acordo com orientações contidas no próprio Formulário.
- 6.6 O conteúdo e a integridade da documentação inserida na proposta serão de responsabilidade direta e exclusiva do proponente.
- 6.7 A FAPERO não se responsabilizará por propostas não recebidas no prazo em decorrência de eventuais problemas técnicos e/ou congestionamentos das linhas de comunicação. Também não serão aceitas propostas submetidas de forma incompleta, seja quanto ao preenchimento ou quanto ao envio insuficiente de documentos e/ou declarações, acarretando a inabilitação delas.
- 6.7.1 As proponentes deverão encaminhar pelo Formulário de Apresentação de Proposta – FAP, como anexos, os seguintes documentos:
- a) Contrato/Estatuto Social, atualizado e devidamente arquivado no registro competente (Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas) e eventuais alterações, caso não esteja consolidado;
 - b) Ato de eleição/nomeação da atual administração;

- c) No caso de sociedades por ações, relação dos acionistas majoritários, com sua qualificação completa, assinada digitalmente pelos representantes legais da beneficiária ou digitalizada;
- d) Balanço Patrimonial (BP) referentes aos anos de 2022 e 2023, assinados digitalmente, pelo seu representante legal bem como pelo contador.
- e) Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE) referentes aos anos de 2022 e 2023, assinados digitalmente, pelo seu representante legal bem como pelo contador, inclusive empresas optantes pelo regime tributário do SIMPLES;
- f) As empresas criadas no exercício financeiro do lançamento deste edital estarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- g) Instrumento de procuração, caso a representação legal se dê nessa forma nos documentos solicitados nesse edital.
- h) Carta de adimplência assinada pelo PARCEIRO responsável pelo Programa Centelha I e II (vide item 7.1.2.6.) (caso houver);
- i) Carta de adimplência assinada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) responsável pelo Programa Catalisa (vide item 7.1.2.6.) (caso houver);
- j) Carta de adimplência assinada pela FINEP responsável pelo Programa Finep Start Up (vide item 7.1.2.7.) (caso houver).

6.7.2 No caso de empresas proponentes integrantes do Regime Inova Simples, deverá ser encaminhada comprovação da inscrição no referido regime em substituição aos documentos listados nas alíneas 'a', 'b' e 'c'.

6.7.3 Os documentos listados nas alíneas "h", "i" e "j" não serão considerados eliminatórios para as propostas que não os encaminharem, produzindo efeito para a não concessão de pontuação extra.

6.8 A FAPERO não se responsabiliza por qualquer problema no envio dos documentos, motivada por eventuais falhas de conexão com a internet, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados. Essas eventualidades não serão aceitas como argumento para envio de documentação após o prazo. Recomenda-se que a documentação seja encaminhada com prudente antecedência.

7 SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 Etapas de seleção

Todas as propostas serão analisadas conforme a sequência de etapas descrita abaixo:

7.1.1 Etapa 1 – Requisitos Formais

7.1.1.1 Esta etapa é eliminatória e consiste na verificação formal da proposta quanto à conformidade ao objetivo e ao tema e ao atendimento dos requisitos obrigatórios da Seleção Pública, conforme segue:

| Requisitos Formais | |
|---------------------------|--|
| 1 | Elegibilidade das instituições (item 4 do Edital) |
| 2 | Atendimento aos valores limites solicitados ao PARCEIRO (item 5.2) |
| 3 | Atendimento aos valores mínimos de contrapartida (item 5.4) |
| 4 | Atendimento ao prazo máximo de execução (item 5.5) |
| 5 | Conformidade com os temas propostos do Edital (conforme item 2) |

7.1.1.2. As propostas não eliminadas na Etapa 1 serão submetidas à Etapa 2 - Avaliação de Mérito.

7.1.2 Etapa 2 – Avaliação de Mérito

7.1.2.1 As propostas serão analisadas por comitês de especialistas, constituídos por analistas da FAPERO, podendo ser subsidiados por consultores externos, segundo os seguintes critérios:

| Ordem | CrITÉrios de Avaliação de Mérito | Peso |
|-------|---|------|
| 1 | Grau de inovação para o mercado nacional ou mundial e risco tecnológico | 4 |
| 2 | Alcance e potencial mercadológico da aplicação desenvolvida | 4 |
| 3 | Capacitação técnica da equipe executora | 4 |
| 4 | Parcerias e articulações institucionais da empresa proponente | 3 |

| | | |
|---|--|---|
| 5 | Consistência da proposta (adequação das metas físicas, atividades, indicadores físicos, orçamento e prazos) para a execução dos objetivos do projeto | 3 |
|---|--|---|

7.1.2.2 Todos os critérios acima serão pontuados de 0 a 5.

7.1.2.3 Serão eliminadas as propostas que não atenderem requisitos formais ou não atenderem às seguintes condições:

- a) obtenção de nota igual ou superior a 1,0 (um) em cada um dos critérios de avaliação;
- b) obtenção de nota igual ou superior a 3,0 (três) nos critérios 2 e 3 do quadro anterior; e
- c) obtenção de média ponderada igual ou superior a 3,0 (três), considerando-se a totalidade dos critérios.

7.1.2.4 As propostas não eliminadas serão classificadas, por Tema, em ordem decrescente de notas, até o limite de recursos alocados, conforme item 3.

7.1.2.5 Nesta etapa de classificação, serão considerados como critérios de desempate:

- a) a melhor nota no critério 1;
- b) persistindo o empate, a melhor nota no critério 2 e assim sucessivamente; e
- c) persistindo o empate, será considerado o projeto cuja proposta eletrônica (FAP) tenha sido recebida pela FAPERO com maior antecedência.

7.1.2.6 Caso a empresa proponente principal tenha sido beneficiária dos Programas Centelha, Centelha AIou Catalisa (Programa Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do - SEBRAE), e tenha finalizado seus projetos e possua carta de adimplência emitida pela FAPERO e/ou pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), respectivamente, a proposta apresentada por ela terá uma pontuação extra equivalente a 5% da nota obtida, que será acrescida à sua média final. Essa pontuação extra será dada uma única vez, se a beneficiária principal tiver carta de adimplência de um ou de mais Programas nomeados neste item e no 7.1.2.7.

7.1.2.7 Empresas beneficiárias do Programas Finep Start Up que possuam carta de adimplência emitida pela Finep terão uma pontuação extra equivalente a 5% da nota obtida que será acrescida à sua média final.

8 VISITA TÉCNICA, CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSO

8.1 As propostas aprovadas deverão ser contratadas no prazo de 60 (sessenta) dias contados da divulgação do resultado final. As propostas não contratadas nesse prazo serão arquivadas.

8.1.1 Se houver atraso na contratação causada pela FAPERO o prazo de contratação será prorrogado pelo período correspondente ao atraso ocorrido.

8.2 As beneficiárias (proponente e coexecutoras) cujas propostas forem aprovadas pela Diretoria da FAPERO poderão ser objeto de visita técnica ou outro procedimento de verificação como, por exemplo, envio de vídeo ininterrupto de todas as instalações ou de registro fotográfico das instalações e demais elementos necessários ao projeto, com o objetivo de conferir os dados informados na apresentação da proposta, especialmente quanto à infraestrutura física e à equipe executora própria da empresa, bem como outras informações relevantes prestadas no processo seletivo.

8.2.1 Se for verificado que as informações prestadas não correspondem à realidade ou haja a constatação da existência de outro fator impeditivo para a contratação, a aprovação da proposta poderá ser revogada.

8.2.2 Caso qualquer das empresas já possua contrato anterior ativo firmado com a FAPERO, a nova contratação dependerá da avaliação das operações já contratadas, considerando o cumprimento satisfatório das obrigações da empresa.

8.2.3 As visitas técnicas prévias à contratação deverão ocorrer obrigatoriamente para as empresas que não possuam histórico de projetos aprovados com os parceiros estaduais.

8.2.4 A aprovação final da proposta não garante a contratação, que não será realizada nas hipóteses de:

- i. As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) ou seus sócios majoritários constarem do cadastro nacional de condenados por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- ii. As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) ou seus sócios estiverem inadimplentes com a FAPERO ou garantirem contratos em cobrança judicial, pelo FAPERO;
- iii. Ficar demonstrado, mesmo após a aprovação, que o repasse dos recursos à empresa não atenderá aos objetivos da subvenção econômica;
- iv. As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) não apresentarem regularidade jurídica diante das normas legais e regulamentares para receber financiamento público;
- v. As beneficiárias (proponentes e coexecutoras) deixarem de apresentar quaisquer dos documentos cuja apresentação seja exigida nesta Seleção Pública ou não comprovarem a sua capacidade para a execução do projeto;
- vi. As empresas selecionadas que possuírem em seus quadros societários pessoas com vínculo empregatício com a FINEP, ou com a própria FAPERO, ou vínculo de parentesco com seus funcionários ou dirigentes em cumprimento à determinação contida no Acórdão TCU nº 2.063/2010.

8.3 A liberação de recursos depende da disponibilidade orçamentária e financeira da FAPERO.

9 CRONOGRAMA DA SELEÇÃO PÚBLICA

| FASES | DATA | RESPONSÁVEL |
|---|--|-------------|
| Lançamento da Chamada Pública | 09/10/2024 | FAPERO |
| Início da submissão das propostas via SIGFAPERO. | 10/10/2024 | FAPERO |
| Data limite para submissão das propostas na Plataforma | 10/12/2024 Até às 13h30min (horário local) | EMPRESA |
| Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Avaliação de Requisitos Formais | A partir 26/12/2024 | FAPERO |
| Término do prazo para apresentação de recursos à Etapa de Avaliação de Requisitos Formais | Até 05/01/2025 | EMPRESA |
| Divulgação do resultado final da Etapa de Avaliação de Requisitos Formais | A partir de 13/01/2025 | FAPERO |
| Divulgação da lista preliminar das propostas aprovadas | A partir de 13/02/2025 | FAPERO |
| Término do prazo para apresentação de recursos à Etapa de propostas aprovadas | Até 23/02/2025 | EMPRESA |
| Divulgação do Resultado Final das propostas aprovadas | A partir de 04/03/2025 | FAPERO |

(As datas de cada fase dependem de cronograma a ser aprovado previamente)

10 DELIBERAÇÃO

As propostas classificadas na forma do item 7 serão submetidas à apreciação da Presidência da FAPERO para decisão final.

11 RESULTADOS

11.1 Os resultados, PRELIMINAR e FINAL, serão divulgados no Portal da FAPERO na Internet e caberá às empresas interessadas a sua verificação para atendimento dos prazos estabelecidos nesta Seleção Pública.

11.2 Após a divulgação do resultado PRELIMINAR, cada beneficiário terá acesso eletrônico individual ao seu resultado, mediante senha pessoal de acesso ao SIGFAPERO utilizada no envio da proposta no momento de sua apresentação por meio do

11.3 Após o exame de todos os recursos, o resultado FINAL será divulgado no Portal da FAPERO na Internet e no Diário Oficial do estado de Rondônia.

12 RECURSOS

12.1 Após a divulgação dos resultados preliminares da 1ª e 2ª etapas, eventual recurso poderá ser apresentado via Formulário de Apresentação de Recursos, a ser disponibilizado na comunicação dos resultados.

12.2 Os recursos interpostos face ao resultado preliminar na 1ª e 2ª Etapa serão submetidos à avaliação e deferidos ou indeferidos pela instância decisória competente da FAPERO.

12.3 O prazo para interposição do recurso será de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de divulgação do resultado preliminar de cada etapa no sítio eletrônico da FAPERO.

12.4 No recurso do resultado preliminar da 2ª etapa não poderão ser abordadas questões referentes à 1ª etapa.

12.5 O recurso deverá obedecer aos requisitos dos artigos 58, inciso I, e 60, da Lei nº 9.784/1999.

12.6 No texto do pedido de recurso, não serão aceitas informações adicionais de qualquer natureza que modifiquem a proposta original, nem o envio de documentos complementares àqueles originalmente encaminhados.

13 CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

13.1 As propostas aprovadas nos termos do item 11 do edital deverão ser contratadas no prazo de 60 (trinta) dias contados da divulgação do resultado final.

13.2 As propostas não contratadas nesse prazo em razão do não cumprimento de qualquer dos requisitos de contratação poderá ser arquivadas a critério da FAPERO.

13.3 Se houver atraso na contratação causado pela FAPERO, o prazo de contratação será prorrogado pelo período correspondente ao atraso ocorrido.

13.4 Eventuais condicionantes para a contratação e/ou primeira liberação de recursos de cada projeto serão definidas conforme Decisão da Diretoria da FAPERO, após a adoção dos fluxos de contratação usuais.

13.5 A FAPERO poderá acrescentar condições específicas para cada empresa além das condições contratuais gerais constantes do Termo de Outorga de Subvenção Econômica, diante de suas especificidades ou do projeto aprovado.

13.6 A beneficiária deverá apresentar regularidade jurídica diante das normas legais e regulamentares para receber financiamento público, verificada, principalmente, por meio dos seguintes documentos para contratação:

- i. Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- ii. Certificado de Regularidade do FGTS;
- iii. Adimplência da financiada com a União por meio de consulta ao CADIN;
- iv. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNCIAI), inclusive do sócio majoritário;
- v. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), inclusive do sócio majoritário;
- vi. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- vii. Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- viii. Print da tela "Consulta Obrigatoriedade do e-Social";
- ix. Certidão falimentar (pessoa jurídica com natureza empresarial) ou certidão insolvência civil (pessoa jurídica com natureza simples);
- x. Declaração de ações coletivas, assinada pelos representantes legais das beneficiárias;
- xi. Declaração ambiental e outros aspectos regulatórios (Anexo IV, assinada pelos representantes legais das beneficiárias, juntamente com as licenças ou outros documentos regulatórios pertinentes);
- xii. Outras condições a serem inseridas pela FAPERO.

13.7 A FAPERO poderá solicitar documentos e informações adicionais para a contratação de projetos.

13.8 No caso de propostas com mais de uma beneficiária, a alteração ou exclusão de qualquer um dos partícipes da proposta, mesmo após sua contratação, poderá implicar a sua desclassificação, caso a mudança evidencie alteração nas condições originais de participação na seleção pública que implique a não aprovação da proposta.

13.9 Para os fins do projeto, a FAPERO só considerará gastos de contrapartida da empresa e de recursos de Subvenção Econômica a partir da data da assinatura do contrato.

13.10 A liberação de recursos depende da disponibilidade orçamentária e financeira, bem como do cumprimento das condições prévias fixadas no termo de outorga.

14 BASE LEGAL

Lei nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018.

15 CONCEITOS

- a) Recursos de subvenção econômica:** recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), repassados pela Finep à FAPERO por meio de Contrato de Descentralização de Recursos de Subvenção Econômica.
- b) Empresa brasileira:** organização econômica dotada de personalidade jurídica própria, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras e com sede de sua administração no Brasil. Nos termos dos Acórdãos 1342/2009 e 227/2011 do Plenário do TCU, são elegíveis a receber recursos de subvenção econômica as sociedades simples com finalidade lucrativa.
- c) Inovação:** introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços, conforme disposto na Lei 10.973, de 02/12/2004 e no Decreto 5.563, de 11/10/2005.
- d) Inova Simples:** regime especial simplificado, instituído pela Lei Complementar nº 167/2019, que concede às iniciativas empresariais de caráter incremental ou disruptivo que se autodeclarem como startups ou empresas de inovação tratamento diferenciado com vistas a estimular sua criação, formalização, desenvolvimento e consolidação como agentes indutores de avanços tecnológicos e da geração de emprego e renda.
- e) Associação de Empresas:** para efeitos deste Edital, significa o grupo de 2 ou mais empresas, conforme definido no Item 3 do presente Edital, que participem de uma mesma proposta como beneficiária proponente e beneficiária(s) coexecutora(s).
- f) Contrapartida:** são consideradas as despesas e/ou atividades acessórias ao projeto, tais como: seleção e capacitação de fornecedores de insumos; despesas de prospecção preliminar e estudos de mercado para o produto (bem ou serviço) e/ou processo a ser desenvolvido; despesas para participação em eventos que não sejam de natureza técnica; aquisição de materiais de consumo com vistas à fabricação de equipamentos e instalações de caráter permanente; obras e reformas de qualquer natureza.
- g) Despesas de custeio:** pagamento de pessoal próprio alocado em atividades de P,D&I e respectivas obrigações patronais; contratação de pessoas físicas ou jurídicas para o desenvolvimento parcial do projeto, inclusive as redes do Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC; material de consumo; locação de bens móveis ou imóveis, desde que sejam efetivamente aplicados no projeto; e gastos para introdução pioneira do produto (bem ou serviço) e/ou processo no mercado.
- h) Despesas de capital:** despesas realizadas com obras e instalações ou equipamento e material permanente, vinculadas ao projeto constante da relação de itens do projeto.
- i) Gastos para introdução pioneira:** são aceitos gastos como pagamento de serviços de terceiros para fabricação de lote pioneiro; aluguel de máquinas para fabricação do protótipo;

aquisição de matéria prima para produção de lote pioneiro; contratação de consultoria de marketing para lançamento do produto; despesas para elaboração da documentação preestabelecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), em conformidade com a Lei nº 9.279/96, artigo 19, para pedido de patente (relatório descritivo, reivindicações, desenhos ou resumos) e outros pertinentes.

j) Materiais de consumo: são itens empregados no projeto que não resultem em aumento de patrimônio da empresa.

16 DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Serão desconsideradas as propostas que estejam em desacordo com qualquer item deste Edital.

16.2 Ao preencher o Formulário Eletrônico a beneficiária proponente se compromete com a veracidade das informações declaradas.

16.3 São partes constituintes deste edital, sendo considerados em seus inteiros teores para os fins da seleção pública, os seus Anexos:

i. TEMAS

ii. MODELOS DE DECLARAÇÕES

iii. MINUTA DE TERMO DE OUTORGA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - CLÁUSULAS PADRÃO

16.4 Dúvidas a respeito do conteúdo da presente Seleção Pública deverão ser dirigidas exclusivamente para o e-mail (inovacao.fapero@gmail.com). A FAPERO, a seu critério, poderá divulgar a pergunta e a resposta.

16.5 Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva da FAPERO.

17 ANEXO I

TEMAS DOS PROJETOS:

1. Saúde;
2. Agronomia;
3. Biotecnologia e Bioeconomia;
4. Recursos Minerais;
5. Engenharia Florestal;
6. Tecnologia da Informação;
7. Alimentação;
8. Tecnologias para Qualidade de Vida: Educação e Turismo.

18 ANEXO I

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Nº de Identificação da Proposta (SBV):

Título do Projeto:

Proponente:

Área:

Tema:

Eu [NOME], representante legal da [EMPRESA], declaro o envio de envelope único contendo, além desta carta, os três volumes de documentos exigidos no edital, conforme disposição abaixo:

Volume 1 - Formulário de Apresentação de Proposta (FAP) impresso e assinado pelo Pesquisador Responsável e pelo representante legal da empresa e documentos anexos, contendo "X" folhas, numeradas sequencialmente de "1" a "X".

Volume 2 - Plano de Negócios, contendo "X" folhas, numeradas sequencialmente de "1" a "X".

Volume 3 - Documentos para Análises Jurídica e Econômico-Financeira, contendo "X" folhas, numeradas sequencialmente de "1" a "X".

[Local],_de__de 2024.

[NOME] [CARGO] [EMPRESA]

19 ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA SUBMISSÃO DE PROPOSTA

Cópia do Formulário de Apresentação de Proposta Complementar, disponível em anexo no SIGFAPERÓ;

1. Cartas de anuência formal de todas as instituições parceiras do projeto (quando houver);
2. Cartas de anuência formal escrita e individual dos membros da equipe técnica do projeto, tanto os pesquisadores e como os técnicos da instituição executora ou das instituições parceiras (quando houver);
3. Currículo Lattes do CNPq atualizado do coordenador do projeto atualizado em 2024.
4. Estatuto/Contrato Social atualizado e devidamente registrado no Registro competente;
5. Ato de designação dos atuais dirigentes (ata da assembleia que elegeu a Diretoria e o Conselho de Administração), se for o caso;
6. Declaração sobre o contencioso (modelo 1 do Anexo 4), assinado pelos representantes legais;
7. Licença ambiental para o projeto ou declaração de sua desnecessidade, assinada pelos representantes legais (modelo 2 do Anexo 4);
8. Demonstrativo contábil dos três últimos exercícios financeiros (balanços patrimoniais, demonstrativo de resultados do exercício e/ou demonstrativo do fluxo de caixa);
9. Declaração de Disponibilidade de Aporte Financeiro exigida no item 5.2 (modelo 3 do Anexo 4);
10. Cópias do CPF, do RG e comprovante de residência do responsável da empresa.

20 ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELO 1

DECLARAÇÃO SOBRE O CONTENCIOSO

[EMPRESA], com sede em , inscrita no CNPJ sob o nº , por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Rondônia/FAPERO, que apresenta o seguinte quadro relativo ao seu contencioso OU que não possui processos de contencioso (neste caso apagar o quadro abaixo).

| PROCESSOS | PERDA | | (VALORES EM R\$) | |
|------------------------------|----------|----------|------------------|--------------|
| | PROVÁVEL | POSSÍVEL | REMOTA | PROVISIONADO |
| Cíveis | | | | |
| Fiscais/Tributários | | | | |
| Trabalhistas/Previdenciários | | | | |
| TOTAL | | | | |

[Local], de de 2024.

NOME

CARGO

CPF

MODELO 2

21 DECLARAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

[EMPRESA], com sede em (endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº , por seu representante legal abaixo qualificado, declara junto à FAPERO, que o projeto [título do projeto] não apresenta atividades potencialmente poluidoras e, portanto, é desnecessária a apresentação de licenciamento ambiental para realização do mesmo. Declara, também, estar ciente que na oportunidade da contratação do projeto a empresa deverá apresentar documento emitido pelo órgão ambiental responsável, confirmando a informação aqui declarada.

[Local], de de 2024.

| NOME | CARGO | CPF |
|------|-------|-----|
|------|-------|-----|

MODELO 3

22 DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE APORTE DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Eu, RG N. e CPF N. . . - , declaro junto à Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Rondônia/FAPERRO possuir condições de aporte para contrapartida financeira na ordem de R\$ (VALOR POR EXTENSO), correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor solicitado como subvenção econômica do projeto

“

_____”, da empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], CNPJ N. ____/000_- , submetido no âmbito do PROGRAMA DE APOIO

À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – FINEP-TECNOVA III, vinculando este compromisso de aporte à aprovação da empresa proponente no âmbito do Edital nº XXX.

Declaro, por último, ter ciência das seguintes condições:

- a) O aporte será efetivado integralmente, de uma só vez, respeitando-se as condições previstas no Edital nº XXX
- b) A não efetivação do compromisso de aporte ora firmado, na forma e condições estabelecidas no Edital nº XXX, acarretará na eliminação da empresa proponente, bem como das coexecutoras, do processo de seleção.
- c) Comprometo-me à estrita observância dos termos do Edital nº XXX.

[Local], de de 2024.

Atenciosamente,

[RESPONSÁVEL PELA EMPRESA] [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA] [CNPJ]

23 ANEXO V

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA CONTRATAÇÃO DA PROPOSTA

É condição prévia à contratação a apresentação dos documentos a seguir listados:

A FAPERO poderá solicitar outros documentos que entendam necessários à contratação em tela:

1. Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e a terceiros.
2. Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da união.
3. Certificado de Regularidade do FGTS.
4. Certidão Negativa da Receita/Dívida Ativa do Estado.
5. Certidão Negativa da Receita/ Dívida Ativa do Município.
6. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) Distribuidor(es) De Ações Cíveis, Fiscais e Falimentares, emitidos pela Justiça Estadual.
7. Certidão de distribuição de ações e execuções cíveis e fiscais, emitida pela Justiça Federal.
8. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) Distribuidor(es) de Feitos da Justiça Trabalhista.
9. Certidão(ões) do(s) Cartório(s) de Protestos.
10. Recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, ano-base 2019, ou documento equivalente.
11. Apresentar autorizações essenciais para realização do projeto, se for o caso.
12. Exemplos: Certificado de Qualidade em Biossegurança; Autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.
13. CCMEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, pode ser obtido através do Portal do Empreendedor;
14. Comprovante de inscrição do CNPJ, que pode ser obtido no site da Receita Federal;
15. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, obtida no site da Justiça do Trabalho;
16. Certidão de Falência e Concordata, obtida normalmente no site do Tribunal de Justiça do estado da empresa;
17. Inscrição Municipal, também obtida na Prefeitura da cidade da empresa;
18. Inscrição Estadual, também obtida na Secretaria de Fazenda do Governo do Estado;
19. Alvará de Funcionamento, requerido na Prefeitura da cidade onde a empresa está.
20. Declaração ou extrato de conta corrente com nome personalizado e fornecido pelo Banco com as seguintes informações: conta aberta específica para o projeto de fomento, nome e CNPJ da empresa, número da conta corrente, código/prefixo da agência bancária.

Porto Velho/RO, 09 de outubro de 2024.

Thiago Henrique Lima

Diretor de Inovação e Transferência de Tecnologia - DITT/FAPERO

Paulo Renato Haddad

Presidente da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa - FAPERO